

DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.35437>

SEÇÃO: ARTIGOS

Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia

Erika Maria Sampaio Rocha¹, Ezequiel Batista do Nascimento²,
Carolina Alves Marques³, Larissa Ferreira Passos⁴,
Lucas Alves Noronha Barreto⁵, Reinan do Carmo Souza⁶,
Thaynara Ferreira de Souza⁷; Yago Soares Fonseca⁸

Como citar este documento – ABNT

ROCHA, Erika Maria Sampaio *et al.* Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 12, e035437, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.35437>.

Recebido em: 29/07/2021
Aprovado em: 05/11/2021
Publicado em: 04/05/2022

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4347-0531>. E-mail: erika.rocha@gfe.ufsb.edu.br

² Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5844-8524>. E-mail: izaquen@gmail.com

³ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4168-3974>. E-mail: caarol.maarques@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2058-0917>. E-mail: lari.passos@hotmail.com

⁵ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9144-7793>. E-mail: lucasnoronha@outlook.com.br

⁶ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4283-3452>. E-mail: reinandocarmo@hotmail.com

⁷ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4264-5950>. E-mail: jfthaynara@gmail.com

⁸ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Teixeira de Freitas, BA, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6012-7298>. E-mail: yagosfos@gmail.com

RESUMO

O estudo analisou a oferta de disciplinas abordando as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nas graduações em Enfermagem, Medicina e Odontologia de universidades públicas brasileiras. O mapeamento foi realizado a partir de dados disponibilizados no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (Cadastro e-MEC) e por posterior análise de documentos (projeto político-pedagógico, matriz curricular e/ou ementário), disponibilizados nos sites oficiais das universidades. A concordância dos dados foi testada pela avaliação inter-juízes e pela realização de estatística descritiva. Em relação ao apontado na literatura, houve um aumento na oferta curricular sobre o tema, porém, esse tópico continua pouco expressivo nas universidades, face à demanda da população. A maioria dos componentes curriculares foram ofertados nos cursos de Enfermagem e Medicina de universidades públicas das regiões Nordeste e Sudeste. Predominaram componentes curriculares optativos e apenas um pequeno número destes desenvolveu atividades práticas. Destacam-se, nos ementários, temas de caráter generalista, com grande interface com a Saúde Coletiva.

Palavras-chave: práticas integrativas e complementares; ensino superior; Enfermagem; Medicina; Odontologia.

Mapeo de la enseñanza de prácticas integrativas y complementarias en pregrados de Enfermería, Medicina y Odontología

RESUMEN

El estudio analizó la oferta de asignaturas que abordan las Prácticas de Salud Integral y Complementaria en las graduaciones de Enfermería, Medicina y Odontología en las universidades públicas brasileñas. El mapeo se realizó a través de los datos disponibles en el sitio del Registro Nacional de Cursos e Instituciones de Educación Superior (Registro E-mec) y el posterior análisis de los documentos (Proyecto Político Pedagógico, matriz curricular y/o planes de estudio) disponibles en los sitios oficiales de las universidades. La concordancia de los datos se comprobó mediante la evaluación inter-jueces y se realizaron estadísticas descriptivas. Hubo un aumento de la oferta curricular sobre el tema, en relación con lo planteado en la literatura, por lo que sigue siendo poco expresivo en las universidades, dada la demanda de la población. La mayoría de los componentes curriculares se ofrecían en los cursos de Enfermería y Medicina de las universidades de las regiones Noreste y Sureste. Predominaron los componentes curriculares opcionales y sólo un pequeño número desarrolló actividades prácticas. Los temas de carácter generalista con una gran interfaz con la Salud Pública destacan en los planes de estudio.

Palabras clave: prácticas integrativas y complementarias; educación superior; Enfermería; Medicina; Odontología.

Mapping the teaching of integrative and complementary practices in Nursing, Medicine, and Odontology undergraduate courses

ABSTRACT

This study investigated the offer of subjects approaching Complementary and Integrative Health Practices in Nursing, Medicine and Odontology undergraduate courses offered by Brazilian public universities. The courses were mapped using the National Academic Courses and Institutions (Cadastro E-Mec), followed by a document analysis (pedagogical project and/or study program) made available in the universities' official websites. Data concordance was tested by an inter-judge analysis, with posterior descriptive statistics being provided. The theme has been included more and more in syllabuses when in comparison to what is pointed out by literature, however, this topic remains not very expressive in universities, given the demand of the population. The greater part of curricular components was offered in Medicine and Nursing courses in universities of Northeastern and Southeastern regions, out of which, optative curricular components predominated. Amongst these, only a small fraction had practical activities. Topics of a generalist nature, with a great interface with Public Health, stand out in the curricula.

Keywords: integrative and complementary therapies; higher education; Nursing; Medicine; Dentistry.

INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) constituem um conjunto de sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos alicerçados na racionalidade vitalista, na integralidade e na singularidade do processo saúde-doença-cuidado (TESSER; LUZ, 2008; TEIXEIRA, 2017). A Organização Mundial da Saúde (OMS) adota a denominação de Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas (MTCI) para as PICS e vem endossando sua utilização e integração aos sistemas nacionais de saúde por meio de políticas, de programas e da regulamentação de normas, de modo a ampliar o acesso e o uso racional dessas práticas, avaliando sua eficácia e segurança a partir de estudos científicos (WHO, 2013).

O Brasil tem se destacado pela aprovação de políticas e estratégias específicas para o uso das PICS. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), homologada em 2006, priorizou a inserção das PICS na Atenção Primária à Saúde (APS), alinhando a abordagem holística e integral dessas práticas ao conceito ampliado de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF) (BRASIL, 2006; RUELA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020). Ao longo dos anos, foi aprovado um número maior de PICS na legislação, sendo ofertados atualmente 29 procedimentos como medidas terapêuticas nos serviços de saúde, englobando práticas da medicina tradicional chinesa, da antroposofia, da homeopatia, da fitoterapia, do termalismo ou da crenoterapia, entre outras (BRASIL, 2006, 2015, 2018).

O Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde mostrou um aumento de 16% dessas práticas na oferta de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2017 e 2019, indicando disponibilidade de serviços relacionados às PICS em todas as capitais e em 77% de todos os municípios do interior do Brasil. Esses serviços predominam na APS (90%), em que o número de procedimentos ofertados cresceu de 148.152 registros, em 2017, para 628.239, em 2019, um aumento de 324%, destacando a auriculoterapia, o procedimento de maior crescimento (BRASIL, 2020).

A pesquisa sobre PICS tem apresentado crescimento mais recente, com destaque para iniciativas como o Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (CABSIN), uma rede de pesquisadores de universidades públicas e privadas do Brasil em parceria com instituições internacionais. Fundado em 2017, o CABSIN objetiva sistematizar as evidências científicas por meio de estudos colaborativos multicêntricos, pela capacitação em metodologias de pesquisa e pelo apoio às políticas públicas e à sociedade em geral, contribuindo com o uso racional das abordagens integrativas e complementares (CABSIN, 2021).

Apesar dos avanços citados, muitos desafios ainda precisam ser superados para uma integração efetiva das PICS ao cotidiano da APS, sendo um exemplo a baixa oferta educacional sobre o tema nas graduações da área da saúde no Brasil, com implicações diretas na qualificação dos profissionais. No contexto brasileiro, os cursos de pós-graduação e

especialização em PICS predominam no setor privado, constituindo um fator limitante para a efetivação dessas práticas no SUS (VIEIRA; KNOOP; OLIVEIRA, 2019; AZEVEDO, E.; PELICIONI, 2012; TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2018). O contexto apresentado indica a necessidade de mais pesquisas que analisem o ensino de PICS no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo objetivou analisar a oferta de disciplinas e/ou componentes curriculares (CCs) abordando PICS em cursos de graduação em Enfermagem, Medicina e Odontologia de universidades públicas no Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa que delimitou a oferta de disciplinas ou CCs abordando PICS nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia, cursos de formação dos profissionais da equipe mínima da ESF. Inicialmente, foram mapeadas as instituições de ensino superior (IES) públicas que ofertavam os citados cursos no Brasil. Em seguida, buscou-se identificar as disciplinas ou CCs sobre PICS ofertados nas citadas graduações e suas definições quanto ao caráter obrigatório ou optativo, à carga horária e ao desenvolvimento de atividades práticas ou apenas teóricas.

O estudo foi realizado no contexto do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde, edital PET-Saúde/Interprofissionalidade, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A pesquisa foi conduzida pelo grupo denominado Ações Interprofissionais de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica. Os participantes se dividiram em três subgrupos (duplas), orientados por dois coordenadores. As buscas de dados foram realizadas em cinco etapas, correspondentes às cinco regiões geográficas brasileiras e às suas respectivas unidades federativas (UF). Em cada etapa, as unidades federativas eram distribuídas entre os subgrupos para a realização da coleta de dados.

Iniciou-se a busca dos dados com o mapeamento das instituições de ensino superior públicas que ofertavam os cursos superiores analisados por meio dos dados disponibilizados no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (Cadastro e-MEC). Nesse site, foi utilizada a ferramenta de busca por consulta avançada e selecionados os campos: graduação (separadamente para Enfermagem, Medicina e Odontologia), UF, gratuidade (sim) e situação (em atividade). As buscas foram realizadas entre os meses de março/2020 e janeiro/2021. Após a identificação das IES que ofertavam os cursos analisados em cada unidade federativa, cada dupla procurou por registros de disciplinas ou CCs sobre PICS em documentos públicos disponibilizados nos sites oficiais das respectivas universidades. Foram pesquisados os projetos político-pedagógicos (PPP), as matrizes curriculares e os ementários. Os cursos que não disponibilizavam esses documentos foram excluídos da pesquisa. Após consulta aos CCs, um representante de cada dupla, nomeado juiz, tabulava os dados que comporiam a matriz final da análise estatística.

Em um segundo momento, os coordenadores redistribuíram as unidades federativas, de modo que cada uma fosse pesquisada por duas duplas distintas de pesquisadores. Os resultados tabulados pelos juízes eram comparados. Foi adotada a técnica da avaliação inter-juízes, com vistas a uma maior consistência dos resultados. A análise inter-juízes possibilitou testar critérios de equivalência e concordância estatística dos dados.

Todos os dados foram transformados em estatística descritiva por meio de porcentagens totais, com médias gerais e desvio padrão. Para testar a concordância entre os dados na avaliação inter-juízes (pesquisadores), foi utilizado o coeficiente de correlação intraclassa (ICC), que mede o grau de concordância entre os dados coletados por diferentes pesquisadores. Quanto mais próximo de 1,00 for o ICC, maior a concordância dos dados (MATOS, 2014). A análise do ICC foi realizada por meio do programa estatístico STATISTICA® (Statsoft, USA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo apresentaram grande consistência, considerando a análise de concordância inter-juízes. O teste estatístico do ICC foi significativo, sendo $p < 0,001$ e o valor do ICC igual a 0,98, confirmando a grande concordância entre os dados coletados pelos diferentes pesquisadores.

Panorama nacional da oferta de componentes curriculares abordando as PICS nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia

No Brasil, considerando as universidades públicas municipais, estaduais e federais, a pesquisa revelou um total de 317 cursos de graduação distribuídos entre Enfermagem, Medicina e Odontologia e uma oferta de 273 componentes curriculares que contemplam as temáticas das PICS (Tabela 1).

Tabela 1 – Oferta de componentes curriculares sobre PICS nas graduações em Enfermagem, Medicina e Odontologia em universidades públicas no Brasil, entre março/2020 e janeiro/2021.

Regiões	Oferta de cursos de ENF. MED. e ODON.		Oferta de CCs abordando PICS nas graduações						Total de CCs sobre PICS	
			ENF		MED		ODO			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nordeste	89	28,1	42	41,0	44	43,0	17	16,0	103	37,8
Sudeste	88	27,8	35	41,0	36	42,0	15	17,0	86	31,5
Sul	57	18,0	14	54,0	8	32,0	4	14,0	26	9,6

Norte	44	13,9	23	60,0	15	40,0	0	0,0	38	13,9
Centro-Oeste	39	12,2	13	65,0	7	35,0	0	0,0	20	7,2
Total	317	100	127	46,5	110	40,3	36	13,2	273	100

Legenda: CCs: componentes curriculares; ENF: Enfermagem; MED: Medicina; ODON: Odontologia.
Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

A oferta de CCs abordando PICS, no geral, coincide com o quantitativo das graduações em Medicina, Enfermagem e Odontologia de cada região. Por exemplo, a região Nordeste oferta o maior número de cursos dentre aqueles analisados (28,1%) e de CCs sobre PICS (37,8%); a região Sudeste vem em segundo lugar, em ambas as categorias, com, respectivamente, 27,8% e 31,5%. Nessa mesma lógica, a região Centro-Oeste conta com a menor oferta das citadas graduações (12,2%) e, ainda, com o menor número de CCs sobre PICS (7,2%). Essa lógica se inverte, no entanto, ao observar que a região Norte, com a terceira maior oferta de CCs abordando PICS (13,9%), ocupa a quarta posição na porcentagem das graduações entre os cursos analisados (13,9%), enquanto a região Sul, com 19% dos cursos, oferta apenas 9,6% dos CCs abordando PICS.

Considerando a distribuição dos CCs que abordam PICS, a maior oferta desses componentes curriculares é em Enfermagem, especialmente nas regiões Centro-Oeste (65%), Norte (60%) e Sul (54%). Já os cursos de Medicina lideram a oferta de CCs sobre PICS nas regiões Nordeste (43%) e Sudeste (42%). A formação em Odontologia foi a que menos abordou os temas relativos às PICS, variando entre 17% do total de componentes curriculares na região Sudeste, 16% na região Nordeste e 14% na região Sul. Destaca-se que não houve oferta de CCs sobre PICS para os graduandos em Odontologia nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Um estudo realizado por Salles, Homo e Silva (2014) mostrou que apenas 32,3% do total das graduações em Medicina, Enfermagem e Fisioterapia no Brasil ofertavam CCs sobre PICS. Apesar das diferenças metodológicas, o presente estudo mostrou consideráveis aumentos nessa oferta, especialmente nos cursos de Enfermagem (46,5%) e Medicina (40,3%). Nos dois estudos, as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram maior expressividade das PICS nas universidades.

Panorama regional da oferta de componentes curriculares sobre as PICS nas graduações em Enfermagem, Medicina e Odontologia

A abordagem das PICS nos cursos de graduação da área da saúde apresenta variações regionais, demandando seu detalhamento dentro de cada uma das regiões brasileiras (Tabela 2). Entre os estados da região Nordeste, Pernambuco apresentou a maior oferta de cursos de graduação em Enfermagem, Odontologia e Medicina (15,2%), seguido pela Bahia e pela

Paraíba, ambos com 14,6% do total das graduações. A oferta de CCs sobre PICS nos cursos de graduação analisados é maior na Bahia (30,4%), na Paraíba (21,7%) e no Rio Grande do Norte (14,8%). O estado de Alagoas, com o menor número de cursos (5,6%), também tem a menor porcentagem de CCs sobre PICS ofertados (1,7%), junto com Sergipe (1,7%). Os CCs sobre PICS predominam na formação em Enfermagem na maioria dos estados, exceto no Piauí, na Bahia e no Ceará, onde a Medicina detém o maior número desses CCs (83%, 71% e 56%, respectivamente). A Odontologia compreende a menor quantidade de CCs sobre PICS, práticas essas que, nesse curso, estão presentes somente no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte (11%, 28% e 18%, respectivamente), estados que possuem componentes curriculares sobre PICS em todos os cursos analisados.

Na região Sudeste, São Paulo é o estado com a maior oferta de cursos que abrangem a equipe mínima da ESF (42,0%), seguido por Minas Gerais (35,2%), Rio de Janeiro (18,2%) e Espírito Santo (4,5%). A disponibilidade de CCs sobre PICS é proporcional à oferta dos cursos de graduação analisados: São Paulo tem a maior oferta desses CCs (43,0%), seguido por Minas Gerais (35,4%) e Rio de Janeiro (18,2%), sendo que, nesses três estados, a Enfermagem concentra a oferta de CCs sobre PICS. Em todos os estados da região Sudeste, o menor quantitativo de CCs abordando as PICS foi na Odontologia (Tabela 2).

Na região Sul, o Paraná, apesar de ofertar o maior número de graduações dentre aquelas analisadas (45,6%), conta com o menor percentual de CCs sobre PICS (29,2%), enquanto Santa Catarina, com a menor oferta desses cursos (17,5%), é o estado que conta com a maior oferta desses CCs na região (45,8%) (Tabela 2). Os cursos de Enfermagem detêm a maior oferta de CCs sobre PICS no estado do Rio Grande do Sul (80%), enquanto os cursos de Medicina têm o maior número desses CCs nos estados de Santa Catarina (70%) e Paraná (29%). Os cursos de Odontologia têm o menor número de CCs abordando PICS, restringindo-se ao estado do Paraná (7%).

Na região Norte, os estados do Pará e do Amazonas contam com as maiores ofertas de cursos de graduação para formação dos profissionais da equipe mínima da ESF (38,6% e 22,7%, respectivamente) e com os maiores quantitativos de CCs sobre PICS (62,9% e 20%, respectivamente), conforme apresentado na Tabela 2. No Pará, a maioria dos CCs sobre PICS é ofertada na graduação em Enfermagem (91%), enquanto, no Amazonas, a oferta desses componentes curriculares é maior em Medicina (85,7%).

Tabela 2 – Oferta de componentes curriculares sobre PICS nas regiões do Brasil, entre março/2020 e janeiro/2021.

Região/Estados		Ofertas de cursos de graduação em ENF., MED. e ODO.		Total de CCs sobre PICS		Distribuição dos CCs sobre PICS por cursos, em cada estado		
		N	%	N	%	ENF	MED	ODO
						%	%	%
Nordeste	AL	5	5,6	2	1,7	100,0	0,0	0,0
	BA	13	14,6	35	30,4	29,0	71,0	0,0
	CE	8	9,0	9	8,7	33,0	56,0	11,0
	MA	11	12,4	7	6,2	57,0	43,0	0,0
	PB	13	14,6	25	21,7	44,0	28,0	28,0
	PE	14	15,7	11	9,6	55,0	45,0	0,0
	PI	10	11,2	6	5,2	17,0	83,0	0,0
	RN	9	10,1	17	14,8	35,0	47,0	18,0
	SE	6	6,7	2	1,7	100,0	0,0	0,0
Total Nordeste		89	100	103	100			
Sudeste	ES	4	4,5	1	1,3	0,0	100,0	0,0
	MG	31	35,2	28	35,4	36,0	54,0	10,0
	RJ	16	18,2	15	19,0	73,0	27,0	0,0
	SP	37	42,0	34	43,0	41,0	38,0	21,0
Total Sudeste		88	100	86	100			
Sul	PR	26	45,6	7	25	14,0	29,0	57,0
	RS	21	36,8	10	35,7	80,0	20,0	0,0
	SC	10	17,5	11	39,3	30,0	70,0	0,0
Total Sul		57	100	26	100			
Norte	AC	3	6,8	2	5,7	66,7	33,3	0,0
	AM	10	22,7	7	20,0	14,3	85,7	0,0
	AP	4	9,1	1	2,9	100,0	0,0	0,0
	PA	17	38,6	22	62,9	91,0	9,0	0,0
	RR	4	9,1	1	2,9	100,0	0,0	0,0
	RO	2	4,5	0	0,0	0,0	0,0	0,0
	TO	4	9,1	2	5,7	100,0	0,0	0,0
Total Norte		44	100	38	100			
Centro-Oeste	GO	16	41,0	3	16,7	100,0	0,0	0,0
	MS	13	33,3	10	55,6	80,0	20,0	0,0
	MT	4	10,3	4	22,2	33,0	67,0	0,0
	DF	6	15,4	1	5,6	100,0	0,0	0,0
Total Centro-oeste		39	100	20	100			
Total Geral		317	100	273	100			

Legenda: CCs: componentes curriculares; ENF: Enfermagem; MED: Medicina; ODO: Odontologia.

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

Os outros estados da região Norte apresentaram uma queda no percentual de oferta de cursos de graduação da área da saúde e de CCs sobre PICS. Os dados dos estados do Amapá, Roraima e Tocantins são semelhantes (um percentual igual de 9,1% dos cursos para cada estado e 2,9%, 2,9% e 5,7% dos CCs sobre PICS, respectivamente). A oferta desses componentes se concentra em Enfermagem, especialmente nos estados do Amapá, Roraima e Tocantins, onde todas as formações em Enfermagem ofertam CCs sobre PICS. Rondônia contribui com 6,8% dos cursos de graduação, porém, nas universidades pesquisadas, a temática das PICS não era abordada. Vale ressaltar que não foi encontrada oferta de CCs sobre PICS em Odontologia em nenhum dos estados da região Norte.

Na região Centro-Oeste, Goiás tem a maior oferta dos cursos de graduação analisados (41%), porém, é o estado com um dos menores percentuais de CCs sobre PICS (16,7%), sendo maior apenas que o Distrito Federal (5,6%), que constitui a menor oferta de CCs sobre PICS nas matrizes curriculares. Mato Grosso do Sul (33% das graduações na região Centro-Oeste) oferta o maior número de CCs sobre PICS (55,6%), distribuídos entre Enfermagem (80%) e Medicina (20%).

No contexto brasileiro, os avanços normativos continuam, com sucessivas ampliações da PNPIC, fortalecendo o caráter da integralidade e a abordagem centrada na pessoa, diretrizes do SUS e da ESF. No entanto, nos cenários dos serviços em saúde, especialmente na APS, a implementação das PICS é ainda tênue, sendo um dos fatores limitantes a carência de profissionais qualificados para o trabalho nesse nível da atenção à saúde (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018; BRASIL, 2018).

Vários autores mostraram que, na disputa pelos espaços das matrizes curriculares, a inserção de temas sobre PICS persiste ainda como um desafio. Considerando o alinhamento das PICS com a abordagem integral do processo saúde-doença-cuidado, o contato dos estudantes com essa temática favorece a qualificação do futuro profissional para atuar no SUS. Assim, a presença de CCs abordando PICS nos cursos de graduação da área da saúde pode aproximar o campo da prática dos avanços alcançados no campo normativo (TESSER; LUZ, 2008; NASCIMENTO, *et al.*, 2018; AZEVEDO, E.; PELICIONI, 2012; MARQUES, 2020).

O interesse e a demanda crescente da população por abordagens holísticas tencionam esta disputa entre modelos de formação e cuidados em saúde e sinalizam a necessidade de profissionais habilitados a refletir e orientar adequadamente as pessoas (AZEVEDO, E.; PELICIONI, 2012; GONÇALVES *et al.*, 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Destaca-se que as PICS, ainda que incluídas em uma mesma política, abrangem vários sistemas médicos e práticas, cada um com especificidades e necessidades de diferentes competências e habilidades. Compreende-se, então, que a vivência de componentes curriculares sobre PICS durante a formação favorece a qualificação do cuidado pois, ainda que seja sem grande

aprofundamento teórico, permite que os futuros profissionais de saúde acompanhem adequadamente pessoas que utilizem PICS. Esse contato na graduação também favorece escolhas acertadas para aqueles que desejam se aprofundar em uma das PICS como especialidade futura (MARQUES, 2020).

A grande presença da temática das PICS nas matrizes curriculares de Enfermagem foi relacionada à valorização da abordagem humanística, ao convívio mais próximo e constante com as pessoas e à maior participação em pesquisas e projetos de extensão (AZEVEDO, C. *et al.*, 2019). Nesse sentido, o espaço acadêmico para conhecimento e pesquisa sobre PICS é de grande importância para fortalecer a construção de evidências científicas e a redução do ceticismo no ambiente universitário e na vivência profissional futura (AZEVEDO, C. *et al.*, 2019; GOECKS; MORSCH; SILVA, 2019; SILVA; LIMA; BASTOS, 2015; TRIPPO *et al.*, 2017). Outro aspecto está relacionado a questões do mercado de trabalho, com a formação em PICS possibilitando maior realização profissional, autonomia e melhor remuneração (AZEVEDO, C. *et al.*, 2019; SALLES; HOMO; SILVA, 2014).

As PICS são embasadas na integralidade do cuidado e a escassez dessa temática na Odontologia pode estar relacionada ao predomínio de modelos hegemônicos, de base flexneriana e giesiana, nas matrizes curriculares desse curso (GONÇALVES *et al.*, 2018). Esses aspectos do processo formativo se refletem no perfil profissional futuro e, quando associado a dificuldades na estrutura da APS, limitam a integração das equipes de Saúde Bucal na ESF (SCHERER *et al.*, 2018).

Natureza dos componentes curriculares sobre PICS

A maioria dos componentes curriculares abordando PICS são optativos (61,2%) e apenas 22% desses CCs indicam o desenvolvimento de atividades práticas (Tabela 3). As universidades das regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais de componentes curriculares de natureza obrigatória (42,9% e 24,2%, respectivamente). Apenas a região Centro-Oeste não tem oferta de CCs obrigatórios sobre PICS. Já os CCs com inclusão de atividades práticas representam os menores números nas diferentes regiões do Brasil, sendo o maior percentual observado na região Norte (37,1%) e o menor na região Sul (8,3%).

A obrigatoriedade de componentes curriculares que abordam as PICS pode ser interessante porque favorece o conhecimento das PICS pelos estudantes ainda durante a formação, especialmente para aqueles que não têm predileção por essas práticas. Ao se tornarem profissionais, ainda que não trabalhem com PICS, esses estudantes precisam compreender as racionalidades dessas práticas e, assim, estarem aptos a acompanhar de forma integral e efetiva os usuários que optem por elas (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Tabela 3 – Natureza dos componentes sobre PICS nas regiões brasileiras.

Regiões	Oferta de CCs sobre PICS		Natureza dos CCs sobre PICS					
			Optativo		Obrigatório		Com práticas	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nordeste	103	37,8	63	61,1	25	24,2	15	14,7
Sudeste	86	31,5	58	67,1	1	1,3	27	31,6
Sul	26	9,6	20	75	4	16,7	2	8,3
Norte	38	13,9	8	20	16	42,9	14	37,1
Centro-Oeste	20	7,2	18	88,9	0,0	0,0	2	11,1
Total	273	100	167	61,2	46	16,8	60	22

Legenda: CCs: componentes curriculares

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

Diante da importância do contato dos estudantes com o paradigma vitalista das PICS durante a formação universitária, consideramos pequeno o percentual de atividades práticas (22%). Tal característica suscita análises mais profundas em torno do objetivo dessas ofertas, se formativo ou informativo, e das implicações do perfil desses formandos na qualidade do cuidado oferecido aos usuários do SUS. Essa característica denota, ainda, a necessidade de diretrizes curriculares sobre o tema frente à demanda crescente de recursos humanos qualificados para o trabalho com PICS nos serviços públicos (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

A pesquisa identificou as temáticas sobre PICS mais frequentes nos ementários consultados. Foram consultadas 251 ementas disponibilizadas pelas IES selecionadas e os temas foram distribuídos em 8 categorias (Gráfico 1).

Temas de caráter generalista, tais como “Práticas Integrativas e Complementares” e “Práticas Alternativas em Saúde” foram mais frequentes (28% e 23,4%, respectivamente). É interessante observar que as PICS estavam presentes nos ementários de CCs voltados para a Saúde da Comunidade e para a Saúde Coletiva, com ocorrência de 11,2% nos itens consultados, caracterizando, assim, um grande diálogo das PICS com esses campos de conhecimento. As temáticas mais específicas foram fitoterapia e plantas medicinais (14% dos CCs avaliados), homeopatia (9,3% dos CCs), acupuntura, terapias corporais, meditação e yoga, com 4,7% cada um (Gráfico 1).

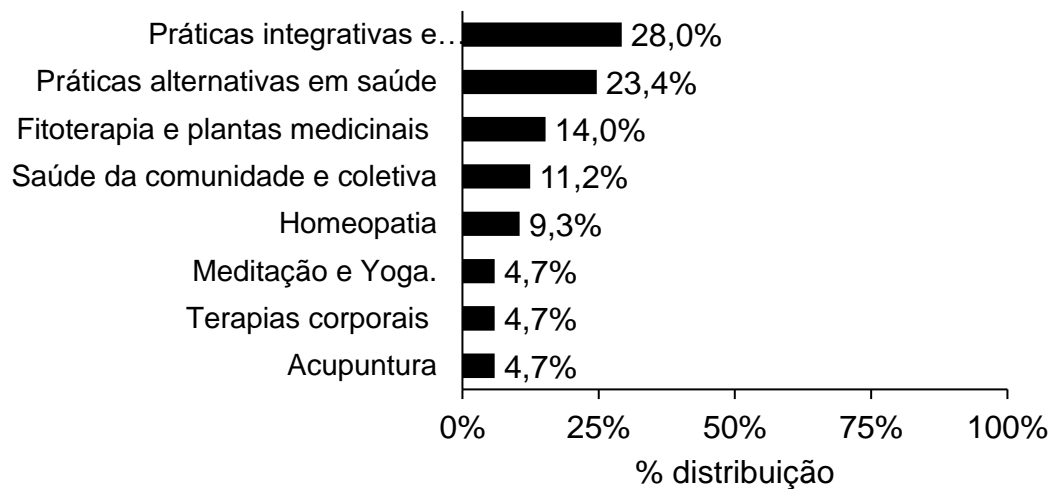


Gráfico 1 – Porcentagem de distribuição das temáticas sobre PICS entre os componentes curriculares.

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

A prevalência de CCs abordando a homeopatia, a fitoterapia e a acupuntura está relacionada ao reconhecimento anterior dessas práticas enquanto especialidades médicas, apresentando maior acúmulo documental e científico e guardando grande interface com a trajetória da PNPICS (TELES JÚNIOR, 2016; SILVA *et al.*, 2020). Apesar desse histórico, as ofertas dos serviços de acupuntura e homeopatia são majoritárias no setor privado em muitos municípios brasileiros, enquanto, no SUS, predominam as práticas corporais e em número bem menor (TESSER; SOUZA; NASCIMENTO, 2018; BRASIL, 2020). Tal contexto reforça a distância entre a PNPICS e a rotina nos serviços de saúde. Muitas PICS ainda carecem de um marco normativo, tornando fundamental a construção de evidências científicas adequadas ao modelo holístico e compatíveis com o ordenamento dos currículos acadêmicos (SOUSA *et al.*, 2012).

O estudo de Dias, Lima e Teixeira (2013) mostra que a reorientação da formação de profissionais de saúde tendo o SUS como campo de prática e eixo norteador da formação profissional tem gerado efeitos positivos e contribuído para o fortalecimento e suprimento do próprio sistema. As IES públicas, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), têm a possibilidade de condicionar as trajetórias curriculares às políticas de saúde pública implantadas no país e, assim, favorecer a sua consolidação frente às complexas pressões do mercado de trabalho.

Entre os eixos obrigatórios regulamentados nas DCN dos cursos da área da saúde, destacam-se as orientações ao trabalho interprofissional e as PICS como elemento constituinte do processo formativo. As PICS, baseadas no princípio vitalista, favorecem a expressão peculiar e a idiosincrasia dos indivíduos e, nesse sentido, valorizam a autonomia, o empoderamento e a coparticipação, aspectos destacados nas DCN. O envolvimento e a corresponsabilização dos sujeitos no processo de cuidado ampliam o acesso e a qualidade do cuidado em saúde, de

modo equânime, pois considera as diferentes necessidades das pessoas, seja na assistência, na prevenção ou na promoção à saúde (BRASIL, 2018; GOECKS; MORSCH; SILVA, 2019).

Contribuições para o ensino superior

Os resultados encontrados no estudo expõem o crescimento lento e generalista da oferta de componentes curriculares sobre as PICS, com grandes variações regionais e predomínio de componentes curriculares de natureza optativa e teórica. Essa fragilidade na arquitetura curricular, também encontrada em outros cursos da área da saúde, pode ser explicada pela hegemonia de modelos biomédicos nos cursos de graduação da área da saúde e pela resistência dos docentes das instituições de ensino superior a debates epistemológicos mais amplos, tais como demandam as PICS, fundamentadas pelo pensamento vitalista-holístico (BARBONI; CARVALHO; SOUZA, 2021). A reflexão proposta pelo artigo conduz a um questionamento acerca do risco de um reducionismo científico e contribui para uma abertura epistêmica, constituindo um dos pilares para um olhar integrativo e complementar na formação e na assistência em saúde (MARQUES, 2020).

O artigo reafirma a necessidade de alinhamento dos cursos de graduação da área da saúde às recomendações das políticas públicas brasileiras de saúde e educação, como a PNPICS (BRASIL, 2006), que aponta a necessidade de um aumento no número de profissionais especializados em PICS. Nesse sentido, também as DCN preconizam uma formação compatível com a abordagem clínica ampliada necessária à ESF (BRASIL, 2014, 2018). E, considerando o aumento da demanda e da oferta de PICS no SUS, especialmente na APS, o ensino superior, principalmente em cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia, ao garantir conhecimento qualificado sobre o tema, favorece a segurança dos usuários, a resolutividade do cuidado prestado e a consolidação do princípio da integralidade (SOUSA *et al.*, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2018).

A contribuição do contato com as PICS é mais significativa para as graduações destinadas à formação dos profissionais da equipe mínima da ESF, pois a utilização dessas práticas no Brasil se concentra na APS (BRASIL, 2020; SILVA *et al.*, 2020). Nesse sentido, nos cursos de Enfermagem e Medicina, principalmente em IES das regiões Nordeste e Sudeste, muitas das quais já contam com CCs sobre PICS, o artigo pode estimular uma reflexão sobre o caráter desses cursos de graduação, qualificando a matriz curricular a partir da abertura a novos paradigmas e aumentando o diálogo com a prática profissional futura, especialmente no SUS, aproximando os futuros profissionais das necessidades da população.

Ao identificar as maiores lacunas sobre o tema, como, por exemplo, a baixa oferta de componentes curriculares sobre PICS nos cursos de Odontologia, os resultados do artigo estimulam uma reflexão que vai além da necessidade de inserção de CCs sobre PICS nos cursos de graduação da área da saúde, fortalecendo a demanda por uma abordagem mais ampla da

saúde bucal, o que favorece a qualificação da formação e dos serviços, com maior integração entre as equipes de ESF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o estudo mostrou um aumento na oferta de CCs sobre PICS nas graduações de formação dos profissionais da ESF (Enfermagem, Medicina e Odontologia) em relação ao apontado pela literatura. Em um total de 317 cursos de universidades públicas, distribuídos entre Enfermagem, Medicina e Odontologia e que atenderam aos critérios da pesquisa, foram encontrados 273 componentes curriculares sobre PICS. A maioria desses CCs estão nas regiões Nordeste (37,8%) e Sudeste (31,5%) e distribuídos entre as graduações de Enfermagem (46,5%) e Medicina (40,3%). Destaca-se a necessidade de uma maior valorização das PICS nas matrizes curriculares de Odontologia, curso que apresentou a menor oferta de componentes curriculares sobre essa temática (13,2%), com sua completa ausência nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

A maioria dos componentes curriculares abordando PICS são optativos e apenas um pequeno número desenvolve atividades práticas. Destacam-se nos ementários os temas de caráter generalista, com grande interface com a Saúde Coletiva, seguidos pela homeopatia, pela acupuntura, pela fitoterapia e pelas práticas corporais e meditativas.

O estudo tem como limitações o fato de não ter abarcado outros cursos da área da saúde e nem as instituições de ensino superior privadas, o que ampliaria as reflexões. Assim, ainda que a pesquisa tenha grande consistência (ICC de 0,98), são necessários estudos mais robustos, que aprofundem esses dados.

O artigo aborda as contribuições do contato com a temática das PICS durante o processo formativo e, dessa forma, traz à luz reflexões sobre a qualificação do ensino superior na área da saúde, consolidando nos formandos conceitos-chave, tais como o cuidado integral. Apesar do aumento da oferta de componentes curriculares sobre PICS apresentado nos resultados, o paradigma vitalista, representado no Brasil pelas PICS, continua pouco expressivo nas universidades do país, se considerados os exemplos de países mais desenvolvidos e a grande demanda da população por essas abordagens.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Cissa *et al.* Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1-9, 2019, e20180389. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0389>. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000200226&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2021.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. *Trab. Educ. Saúde* (Online), Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 361-378, fev. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/WWDNxSksVRpy75V6PN66R8B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2020.

BARBONI, Viviane Graziela de Almeida Vasconcelos; CARVALHO, Yara Maria de; SOUZA, Vagner Herculanio de. A formação em saúde coletiva nos currículos de Educação Física: um retrato atual. *Movimento*, Porto Alegre, v. 27, p. e27065, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113041>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/113041>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC-SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_compl_eme%20ntares_2e_d.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 702, de 21 de março de 2018*. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional. Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. *Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: http://observapics.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Monitoramento-das-PICS-no-Brasil-julho_2020_v1_0.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

BRASIL. *Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 jun. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. *Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018*. Institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, 06 nov. 2018, Seção 1, p. 38. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48743098/do1-2018-11-06-resolucao-n-573-de-31-de-janeiro-de-2018-48742847. Acesso em: 12 maio 2021.

CABSIN. Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa. *Quem somos*. Disponível em: <https://cabsin.org.br/membros/quem-somos/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DIAS, Henrique Sant'Anna; LIMA, Luciana Dias de; TEIXEIRA, Márcia. A trajetória da política nacional de reorientação da formação profissional em saúde no SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1613-1624, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HNSRXR83T7VKTXFf4qwNxQp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOECKS, Débora Regina; MORSCH, Lisoni Muller; SILVA, Chana de Medeiros da. Formação de estudantes da área da saúde em práticas integrativas e complementares. *Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde*, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 84-91, abr./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/rips.v2i2.14080>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/article/view/14080/8822>. Acesso em: 06 abr. 2021.

GONÇALVES, Rodrigo Noll et al. Práticas Integrativas e Complementares: inserção no contexto do ensino Odontológico. *Revista da ABENO*, Porto Alegre, v. 18, n.2, p. 114-123, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i2.495>. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/495/412>. Acesso em: 10 maio 2021.

MARQUES, Joyce Viana. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS: um olhar sobre a formação profissional*. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43579/4/Joyce_Viana_Marques_EPSJV_Mestrado_2020.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

MATOS, Daniel Abud Seabra. Confiabilidade e concordância entre juízes: aplicações na área educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 298-324, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18222/ea255920142750>. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/ea2559/article/view/2750/2856>. Acesso em: 06 dez. 2019.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. *Trab. Educ. Saúde* (Online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 751-772, maio/ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00130>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4PGykgCDsjXR3BjJYMqvrts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2021.

RUELA, Ludmila de Oliveira et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.06132018>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/DQgMHT3WqyFkYNX4rRzX74J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; SILVA, Maria Júlia Paes da. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 19, n. 4, p. 741-746, out./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v19i4.35140>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/35140/23941>. Acesso em: 06 maio 2021.

SCHERER, Charlene Inês et al. O trabalho em saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: uma difícil integração? *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe 2, p. 233-246, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S216>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VNpzjJxJvP3sDfnMJ8SBjps/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2021.

SILVA, Gisléa Kândida Ferreira da et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300110>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/KrS3WpRhWWS34mccMtyxXPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Luana Batista da; LIMA, Indiara Campos; BASTOS, Rodrigo Almeida. Terapias complementares e integrativas: conhecimento e utilização pelos docentes do curso de Enfermagem de uma instituição pública. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, Feira de Santana, v. 5, n. 1, p. 40-45, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.13102/rscdauefs.v5i1.1008>. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1008/796>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOUSA, Islândia Maria Carvalho de et al. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 2143-2154, nov. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2012001100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZR38HSZQ5pNtNNsmvHrpPPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TEIXEIRA, Marcus Zulian. Antropologia Médica Vitalista: uma ampliação ao entendimento do processo de adoecimento humano. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 96, n. 3, p. 145-158, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v96i3p145-158>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/110789/133946>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TELES JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/115083/112793>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades médicas e integralidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 195-206, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000100024>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dXWYqZpL6fwdfdVhGmMLqxQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TESSER, Charles Dalcanale; SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; NASCIMENTO, Marilene Cabral do. Práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde brasileira. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe 1, p. 174-188, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S112>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SY9PZWpk4h9tmQkymtvV87S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TRIPPO, Karen Valadares et al. Concepção de acadêmicos de saúde sobre a PNPIC e sua aplicabilidade no SUS. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*, Salvador, v. 7, n. 4, p. 481-488, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v7i4.1577>. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/1577/1041>. Acesso em: 05 maio 2020.

VIEIRA, Daniele Vasconcelos Fernandes; KNOPP, Isabella Aparecida Silva; OLIVEIRA, Jeania Lima. Implementação da disciplina de Práticas Integrativas e Complementares no SUS no Curso de Medicina da UECE: relato da primeira monitora. In: SILVA NETO, Benedito Rodrigues da (org.). *Prevenção e promoção de saúde*. Prevenção e promoção de saúde. 6 ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 117-123. DOI: 10.22533/at.ed.38019181218. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/26237>. Acesso em: 05 jun. 2020.

WHO. World Health Organization. *Traditional Medicine Strategy: 2014-2023*. Hong Kong: WHO, 2013. 76 p. Disponível em: <http://apps.who.int/medicinedocs/en/m/abstract/Js21201e>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Erika Maria Sampaio Rocha

Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto e em Saúde da Família pela Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora adjunta na Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, BA.

erika.rocha@gfe.ufsb.edu.br

Ezequiel Batista do Nascimento

Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Especialização em Neuropsicologia pelo Instituto Prominas - MG. Mestrado e doutorado em Psicobiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

izaquen@gmail.com

Carolina Alves Marques

Bacharel interdisciplinar em Saúde e graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Pós-graduada (especialização) em Saúde Coletiva pela UFSB. Membro do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde: Interdisciplinaridade, no eixo Ações Interprofissionais de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica (PET-PICS).

caarol.maarques@gmail.com

Larissa Ferreira Passos

Bacharel interdisciplinar em Saúde e graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho: PET-Saúde/GraduaSUS e PET-Saúde/Interprofissionalidade, UFSB. Diretora de ensino e fundadora da Liga Acadêmica de Medicina de Família e Comunidade, UFSB.

lari.passos@hotmail.com

Lucas Alves Noronha Barreto

Bacharel interdisciplinar em Saúde e graduando em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Membro do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde/Interprofissionalidade, no eixo Ações Interprofissionais de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica (PET-PICS).

lucasnoronha@outlook.com.br

Reinan do Carmo Souza

Bacharel interdisciplinar em Saúde e graduando em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Paulo Freire. Atua no Programa de Educação pelo Trabalho para a saúde (PET-Saúde/Interprofissionalidade), no eixo Ações Interprofissionais de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica.

reinandocarmo@hotmail.com

Thaynara Ferreira de Souza

Bacharel interdisciplinar em Saúde e graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Membro do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde/Interdisciplinaridade), no eixo Ações Interprofissionais de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica (PET-PICS).

jfthaynara@gmail.com

Yago Soares Fonseca

Bacharel interdisciplinar em Saúde e graduando em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Membro do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde/Interprofissionalidade) e do grupo temático de Práticas Integrativas e Complementares pela UFSB.

yagosfos@gmail.com